

(Texto apresentado no *Colóquio Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*, 28-30 Outubro 2009, Lisboa, a publicar nas respectivas actas.)

Rui Lopo
(rui.lopo@gmail.com)

Sobre a Revista “Homens Livres”

O que é a liberdade dos livres?

I

Com data de 1 e de 12 de Dezembro de 1923 são publicados os dois números únicos de uma revista de anunciada periodicidade semanal, intitulada *Homens Livres*¹. É lembrada na história da cultura portuguesa do século XX, na história da imprensa cultural periódica e na história da chamada *Primeira República*² esta peculiar iniciativa editorial pela estranheza de – num período especialmente extremado da vida social portuguesa – nela se encontrarem cerca de quinze colaboradores³ de formações culturais e sensibilidades políticas tão diversas que já então (e ainda mais, *a posteriori*,) viriam até a ser considerados como perfeitos contrários, em termos políticos, ao abrigo da canónica divisão entre a chamada esquerda e direita, adeptos da laicização da sociedade e crentes ou militantes católicos, republicanos democratizantes e monárquicos integralistas, tradicionalistas e avançados, ou mesmo revolucionários e contra-revolucionários.

Recorde-se ainda que tais sensibilidades se encontravam perfeitamente organizadas em torno das revistas *Seara Nova*⁴ e *Nação Portuguesa*⁵ e as suas polémicas públicas eram

¹ Os dois números da revista foram integralmente republicados numa edição organizada, prefaciada e preciosamente anotada por João Medina, em *O Pelicano e a Seara. Integralistas e Seareiros juntos na revista Homens Livres*, Lisboa, Edições António Ramos, Coleção Arquivos de Sempre, 1978.

² Para uma visão panorâmica do periodismo cultural português das primeiras décadas do século XX em suas motivações ideológicas e justificações históricas, consulte-se, de Daniel Pires, *Dicionário das Revistas Literárias Portuguesas do Século XX*, Lisboa, Contexto Editora, 1986; e AA.VV., *Revistas, Ideias e Doutrinas, Leituras do Pensamento Contemporâneo*, apresentação de Zília Osório de Castro e Introdução de Luís Crespo de Andrade, Lisboa, Livros Horizonte, 2003. Para enquadramento histórico-cultural e sobretudo político-doutrinal do período consulte-se *História do Pensamento Filosófico Português*, dir. Pedro Calafate, Vol. 5., tomo 2, Lisboa, Editorial Caminho, 2000, “O Século XX”, esp. o Capítulo 3, de Ernesto Castro Leal: “Tópicos sobre os nacionalismos críticos do demoliberalismo republicano: moral, religião e política”, pp. 135-160.

³ Contabilizamos como tais os autores efectivos de peças assinadas nas páginas dos dois números da revista, embora a lista que surge no cabeçalho do periódico seja muito maior, o que leva João Medina a considerá-los “meramente simbólicos”. Para além desse estatuto de *companheiros de caminho*, que emprestam simbolicamente o seu nome como modo de sancionar o movimento ou de prestigiar a iniciativa, colocamos a hipótese de os nomes que aí surgem designarem autores que talvez se tivessem comprometido com uma colaboração que não chegou a acontecer pela repentina paragem da publicação da revista no seu segundo número, ou que efectivamente colaboraram com os *Homens Livres* mas não como redactores de textos.

⁴ Ver Sottomayor Cardia, (organização, prefácio e notas), *Seara Nova, Antologia. Pela Reforma da República (1) 1921-1926*, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1971.

frequentes. Estas revistas eram, em geral, entendidas como expressões culturais correspondentes a campos de opção político-partidária delimitada, o que implicou, por exemplo em 1919, a participação de algumas das suas personalidades em campos opostos de confrontações violentas de cariz político-militar.

Atentemos em dois artigos fundamentais publicados nesta revista, da pena de António Sérgio⁶ (apresentado como *Redactor Principal*, que com o *Editor* Reinaldo dos Santos constituem os dois únicos cargos que se distinguem da lista não hierarquizada de *colaboradores*) um que abre o primeiro número da publicação e outro que encerra o segundo (e último, o que ainda se não sabia). O artigo serve como apresentação editorial, na medida em que é o primeiro que surge a abrir o periódico. Intitula-se “Vivos e mortos”⁷:

*(...) a grande linha divisória, nestes nossos dias, não é a que separa as «direitas» das «esquerdas»; é, sim, a que distingue na sociedade uma nova orientação, a política nova (dando à palavra «política» o seu mais largo significado), do espírito velho e da política velha; os homens século XX dos homens século XIX; os vivos dos mortos*⁸.

Substituindo assim a dicotomia política, classicamente operativa, de direita e esquerda pela de *novo* e *velho*, ou *vivo* e *morto*, passa depois Sérgio à breve e bastante retórica explicitação dessa díade feita de movimento e estagnação, de construção e negação, servindo-se de alguns outros pares de ideias equivalentes a estas, quase sempre denotando diversas atitudes morais mais do que argumentadas diferenças políticas:

De um lado, pois, as almas mortas, presas à estrutura social do século XIX, à tirânica plutocracia do seu falso democratismo, ao individualismo negativista, ao aéreo jacobinismo, à sua gorda burguesia, egoísta e céptica; do outro, o século XX, com o seu anseio de reforma positiva, o democratismo construtor, o sentido social, o amor da liberdade racional e disciplinada. Homens de hoje e homens de ontem; regeneração e ancilose; movimento e

⁵ Órgão dos Integralistas, publicou-se entre 1914 e 1938. Ver, por exemplo, José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires As origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Nova Ática 2004. Ver também, de Paulo Archer de Carvalho: “Da *Nação Portuguesa (1914-1938)* ao *Integralismo Lusitano (1932-34)*: A insurreição dos intelectuais” in *Revistas. Ideias e Doutrinas*, ed. cit., pp. 134-151.

⁶ Para uma visão global da obra de António Sérgio consulte-se o volume especial, o nº5, (em dois tomos) que lhe é dedicado pela *Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, 1983, coordenado por Fernando Catroga e Amadeu Homem, ou as Actas do Colóquio *António Sérgio: Pensamento e Acção*, (em dois tomos) UCP-CRP, Lisboa, INCM, 2004.

⁷ In João Medina, ed. cit., pp. 39-41.

⁸ Idem, p. 39.

*estagnação; vida e morte; homens livres da decomposição da sociedade em que nasceram, e homens presos aos formalismos de uma sobrevivência que se desfaz*⁹.

Lembremos a publicação de títulos tão emblemáticos como *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, de Antero de Quental, em 1871, a *História de Portugal* de Oliveira Martins, em 1879, o *Finis Patria* de Guerra Junqueiro, em 1890, ou *O Fim* de António Patrício, em 1909¹⁰: Neste sentido, é servindo-se assim de uma metáfora que de algum modo provinha – no sentido em que aqui ocorre – da geração de 70, depois reforçada pela geração de 90, que Sérgio profere a famosa afirmação de que *cheira a cadáver neste país*, o que nos faz lembrar a sua expressão relativa ao *Reino Cadaveroso*¹¹... Não é difícil inferir que um país morto careceria de renascer, uma sociedade considerada decadente, formalista e em crise necessitaria de se regenerar. Um moribundo espera um novo alento; um morto aguarda a ressurreição?

Propondo-se explicitar o conteúdo do que seja esta *liberdade* que definiria estes homens, Sérgio proclama assim a necessidade deste órgão:

*Pareceu-nos por isso conveniente o haver um órgão dos homens livres, para os homens livres; dos homens vivos e para os homens vivos, de qualquer classe, doutrina política ou religião; afirmador por isso mesmo de uma Ideia Nacional, de uma finalidade portuguesa, anterior e superior às finalidades partidárias (...)*¹².

Esta decisiva passagem esclarece-nos um pouco mais sobre a fundamentação político-doutrinária deste projecto de clara desvalorização das diferenças económicas e sociais, ou de consciência política e religiosa, na medida em que estas se deveriam subsumir numa *Ideia Nacional*, aqui definida como anterior e superior às finalidades partidárias. *Livres da finança e dos partidos*, o subtítulo desta revista remete, mais fundamente, para a noção de que estes homens (que se encontram enquanto membros de uma mesma geração) se considerariam alheios às diferenças (e aos interesses, conflitos e

⁹ Idem, p. 40.

¹⁰ Sobre o importante tópico da consciência *apocalíptica* finissecular correlativo de uma urgência *regeneradora* que se estende às décadas seguintes, veja-se, de Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

¹¹ Título de uma conferência pronunciada em Coimbra, em 1926, e cujo texto foi integrado no tomo segundo dos seus *Ensaios*.

¹² Idem, p. 41.

contradições) de classe e às divisões partidárias que organizavam o poder e enformavam a sociedade de então, como se o homem livre *de algum modo* (moral, ideal ou espiritualmente?) a estas se eximisse e a estas superasse e transcendesse. É ainda de sublinhar a consideração da *finança* como sinónimo de plutocracia e dos *partidos* como elementos alicerçadores da partidocracia reinante (tida como negativa e dissolvente). Não se distinguem os conceitos de *finança*, definível como conjunto de operações e instituições económicas de longa duração histórica, de uma sua apropriação *plutocrática* historicamente relativa e situada. Não se distingue um conceito de *partido*, como entidade historicamente mutável e conjuntural – que poderia estruturar uma democracia incipiente e organizar uma República em crise, assumindo-se as diferentes perspectivas ou interesses em debate social – de uma *partidocracia* vista como sectária e mesquinha, lugar de perseguição de interesses egoistamente particulares, obliterando o interesse comum. O *homem de partido* é visto como um sectário e o *homem livre* como alguém que, misteriosamente, se encontra, de alguma forma, isento das inegáveis contradições da sua sociedade, como se à agudeza das confrontações sociais efectivas do seu tempo só se pudesse responder com o seu esquecimento e com uma *união* feita toda ela de idealidade, de omissão e obliteramento das diferenças e de reivindicação de um terreno comum: Portugal inspirando uma *finalidade portuguesa*, idealizada como instância axiológica independente (*superior* ou *anterior*, nas metafísicas palavras de Sérgio), dos elementos históricos que a constituiriam: os portugueses reais, concretamente enredados em diferenças e contradições.

O que Sérgio escreve foi provavelmente matéria de um acordo que presidiu à concepção deste projecto editorial. O *seareiro* procurará assim justificá-lo a quantos experimentem a estranheza que nele se contenha, pensando, sobretudo, até nos seus mais atentos leitores e em seus companheiros políticos (assim como nos seus adversários). Sérgio estava ciente do quanto era ainda poderosa a invocação do nome da *República* e do qualificativo *republicano*, culminando a sua intervenção afirmando que:

*Os melhores dos integralistas [...] são almas republicanas*¹³.

António Sardinha responde ao artigo de Sérgio, em texto intitulado *Almas republicanas*¹⁴, dando assim conta das diversas manifestações de espanto ou perplexidade que aquele projecto suscitara, mas também assumindo a valia da operação

¹³ Idem, p. 41.

¹⁴ In Medina, ed. cit., 98-103.

retórica levada a cabo por Sérgio. Sardinha recorre a autoridades do pensamento contra-revolucionário como Bonald ou Maurras para precisar o alcance terminológico do qualificativo de *republicano* e do alcance do termo *República*. Afinal, o concordismo de ambos numa definição de *república*, como gestão independente e desinteressada das coisas comuns, não contribuirá para esvaziar de conteúdo *doutrinal* um termo que era então altamente polémico e objecto de aceras lutas? Sardinha, além de evitar aprofundar a crítica à democracia, identifica-a com o *individualismo* (tido como o *adversário comum*) contribuindo também para permitir, sancionar, justificar e legitimar uma aliança que muitos veriam como espúria.

Ora, em combate franco ao individualismo na sua maior manifestação: – a Plutocracia, nos achamos aqui, neste reduto, dando as mãos fraternalmente, criaturas provindas dos mais diversos sectores do pensamento humano, desde o senhor Raul Proença (saúdo com respeito o meu adversário!), impugnador incansável das verdades semeadas pelo integralismo¹⁵, até ao meu reaccionarismo, cada vez mais justificado, mais consciente e mais indefectível¹⁶.

Aproveitando para esclarecer que o *Integralismo* se apresenta como inimigo da Monarquia Liberal, Sardinha declara:

Na guerra ao que reputamos como inimigo comum, – a Plutocracia e o Partidarismo, – apenas nos cabe falar do que nos une e não do que nos separa. Decerto que um integralista se encontra mais perto dum “radical século XX”, como António Sérgio, do que de qualquer avantajado corifeu da ignóbil mentira caída em 5 de Outubro de 1910¹⁷.

Segundo Sardinha, os monárquico-liberais seriam *matéria morta em total desagregação*, mas os *extremistas*, no seu *negativismo*, seriam *afirmativos virados do avesso*. Sérgio seria um

demolidor convicto do romantismo verbal de que padece a mentalidade portuguesa. É lógica, portanto, a nossa aproximação, e com honra o digo, porque descontadas as nossas divergências, não de pessoas, mas de finalidade,

¹⁵ Vejam-se as diversas controvérsias públicas travadas contra os integralistas compiladas em: Raul Proença, *Polémicas*, organização, prefácio e cronologia de Daniel Pires, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.

¹⁶ Ed. cit. p. 100.

¹⁷ Ed. cit. pp. 100-101. Recorde-se o facto de, na sequência da derrota da Monarquia do Norte, em 1919, os Integralistas terem retirado o seu apoio a D. Manuel II e declarado a morte definitiva do Constitucionalismo Liberal.

*António Sérgio e os seus companheiros marcam na podridão ambiente uma notável reserva de saúde e bravura moral*¹⁸.

Sardinha não deixa contudo de identificar monarquismo em termos bastante abstractamente literais com uma busca da unidade nacional, dando assim diversos exemplos de actos *monárquicos* levados a cabo por *republicanos* (Primo de Rivera, Mussolini,...). Assim, se antes magnanimamente aceitou a qualificação de republicano, também de certa forma subtil obriga os seus correligionários de projecto, mas afinal adversários ideológicos, a assumirem-se monárquicos, no sentido também estreitamente unilateral desta palavra, como adeptos de uma soberania una, neste caso expressa na unidade nacional por que todos combatem, considerada ameaçada justamente pelo *partidarismo*, aqui deliberadamente definido e confundido mediante as noções pejorativamente entendidas de *opinião pública*, *democracia* e *partidocracia*:

*E na Alemanha, – na Imperial República, – como interpretar a decisão do General Strecht, suprimindo a existência de todos os partidos, senão como um acto monárquico, em que a lei do interesse colectivo prevalece sobre a lei da opinião pública, base fundamental duma democracia?*¹⁹

Continuando Sardinha, de forma retórica, a subverter os conceitos (prossequindo seu abundante uso de autoridades ideológicas, neste caso, de Fustel de Coulanges) e, porventura inconscientemente, contribuindo mais para a explicitação das diferenças ideológicas do que para o encontro de sólidos pontos de convergência, afirma então que a monarquia é que seria a verdadeira *democracia*, no sentido enunciado de regime mais conforme ao interesse colectivo:

*Nós, integralistas, “almas republicanas”, defendemos a Monarquia como fecho e remate da nação organizada. No restante, pelo que toca às partes, e não ao todo, coincidimos sinceramente em muita solução com os “democratas” que figuram nesta trincheira ombro a ombro conosco. Anima-nos o mesmo fogo sagrado contra a barbárie dos tempos presentes*²⁰.

Não omitindo em sua exposição os elementos objectivos que facilitam a colaboração e propiciam o diálogo, como a convergência etária e geracional, a busca de uma unidade

¹⁸ Ed. cit. p. 101.

¹⁹ Ed. cit. p. 102.

²⁰ Ed. cit. p. 103.

nacional supra-partidária, a comum pertença a uma elite intelectual e até a oportunidade publicística, porventura concitadora de almejadas simpatias, Sardinha prossegue:

*Chamaram por nós num brado de heróica mocidade. A esse brado respondemos. Porque responderemos sempre a tudo que seja por Portugal e a que não falte o selo dignificador da inteligência. Demonstramos assim que não somos um partido. E se, como monárquicos, arde em nós o gosto sublime de servir, é servindo que as nossas almas republicanas, segundo a lição de Bonald, oferecem ao país dividido um exemplo de necessária e fecunda conciliação. Que lhe aproveite, e se volva num título de maior e mais ampla justiça para com o Integralismo!*²¹

Em artigo do número seguinte, intitulado *Lapsos e mal-entendidos*²², Sérgio procede então à definição do que entende por *alma republicana*, concebendo-a de forma a nela caberem adeptos monárquicos. Uma alma republicana teria assim o

indivíduo que se devota apaixonadamente à res publica (e não sobretudo à res privada, como sucede aos «conservadores») e de estrénuo defensor das liberdades da nação. [...]

*nada me ofenderiam os mesmos Integralistas, se, como desforra, me chamassem a mim “alma monárquica” que desde que designassem por estas palavras entusiasta da res publica e das liberdades nacionais*²³.

Retoricamente esvaziado o conteúdo da acepção política comum das noções de *monarquia* e *república*, passa depois assim Sérgio a concluir que as divisões são muitas vezes causadas por mal-entendidos mais que por diferenças substanciais de ideias:

*Em considerável parte, é de palavras e de sentimentos, e não de ideias claras, a divergência entre os Integralistas e os membros da Seara Nova: – tanto os membros da Seara que se afirmam democratas e querem a República, como o que se afirma democrata e aceita a dita República (eu)*²⁴, por julgar possível

²¹ Ed. cit. p. 103.

²² Ed. cit. p. 126-128.

²³ Ed. cit. p. 127.

²⁴ Os percursos de Sérgio e Sardinha são de alguma forma especulares e inversos: Sérgio, enquanto militar, foi detido no 5 de Outubro, e Sardinha teve militância republicana antes de se ter convertido em monárquico e tradicionalista integral (ver nota 54). Lembremos ainda, para esclarecer esta subtil distinção entre militância republicana seareira e aceitação sergiana da república, que Sérgio declara em diversos passos fundamentais da sua obra que a questão *formal* do regime era secundária em relação à questão da organização económica, a qual é tida como determinante e fundamental. Sobre esta questão, veja-se, de Oliveira Martins, *Portugal e o Socialismo*, Lisboa, Guimarães Editores, Lisboa, 2ª edição, 1953 (1ª edição, 1873), p.33:

*definir as funções de um Presidente, e o seu modo de eleição, por forma tal que possa exercer aquele papel ponderador que os Integralistas dão ao Rei*²⁵.

Passando à enumeração das reais diferenças, Sérgio adopta agora um registo estritamente conceptual, assinalando uma oposição filosófica entre a sua posição que seria *racionalista e relativista* e a dos integralistas que assumiriam uma fórmula social definitiva, o que acabaria com a própria política:

*Mas isso discutiremos na Seara Nova (e na Nação Portuguesa os Integralistas) se for preciso: porque esta tribuna dos Homens Livres é para as ideias que nos são comuns*²⁶.

Que seja monárquica ou republicana a forma de governo, que se chame aristocrática ou democrática, isso importa, com efeito, pouco à classe dominante, porque isso não traduz para ela absolutamente ideia alguma. Ao lado de qualquer forma aparente e exterior de governo ela pode constituir-se como íntimo e verdadeiro governo; não chegou a sê-lo ainda na Idade Média? Não o foi depois com as monarquias? Não o é hoje? Para nós também é relativamente indiferente a forma aparente e exterior que o governo adquire, sempre que ela corresponda à época evolutiva em que existe; mas é-nos essencialmente importante que essa forma seja em si a forma íntima, a verdadeira expressão da sociedade, e não o manto exterior que cobre a oligarquia. A nossa antipatia é portante íntima, orgânica, irremediável.

Que seja monárquica ou republicana a forma de governo, isso importa com efeito pouco à burocracia que nos governa; mas que o povo saia um dia do estado comatoso, que um grupo forte pela Ideia e suficientemente forte pelo número se imponha ao mundo actual e lhe retire das mãos as armas do seu predomínio, isso importará tudo à burguesia político-bancária portuguesa.

²⁵ Ed. cit. p. 127.

²⁶ Ed. cit. p. 128.

II

Para compreender com justeza a atitude de António Sérgio e António Sardinha, do projecto editorial dos *Homens Livres* e de outros projectos afins, congéneres ou adversos nas primeiras décadas do século XX, será necessário procurar os elementos fundamentais, antecedentes e concorrentes desta atitude, e assim deslocar o olhar, ampliá-lo e procurar estabelecer um quadro mentalitário²⁷ que integre e justifique as *intenções* que atrás citámos, dissipando uma estranheza que terá sido sentida, mas que afinal veremos ser apenas momentânea.

Afinal, não é dado ao homem viver em estado de perplexidade permanente. O espanto é só momento inaugural do choque, do deslumbramento ou da acção a desenvolver.

Recuamos em primeiro lugar até 1907-1909, à revista *Nova Silva*, onde Leonardo Coimbra, bastante jovem, advoga concepções libertárias (em que é nítida a marca vitalista de Guyau²⁸) e em artigo intitulado “O homem livre e o homem legal” descreve um conflito entre o cidadão e o homem, nos seguintes termos:

O cidadão é o homem mutilado. Cérebro livre no cárcere estreito e tenebroso da ignorância.

Esta posição parece-nos expressar uma mentalidade que vê as relações sociais como condições aprisionantes e não como estruturas necessárias à reprodução do viver humano, que cada geração encontra já dadas e nas quais terá de dilatar o campo de possibilidades de humanização e liberdade. Leonardo prossegue:

Ouvindo a voz da consciência moral, o homem livre será a unidade bela da sociedade livre²⁹.

E num outro texto, com o título “O pensamento e a liberdade”, publicado no periódico *A Vida*, de 1909:

²⁷ Para a necessária clarificação metodológica e epistemológica das distinções entre uma história das mentalidades, das ideologias, das ideias ou da filosofia, veja-se o importante estudo de José Barata-Moura: “Há uma História das Ideias?”, in *Estudos de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho, 1998.

²⁸ Este autor, muito lido e comentado nas primeiras décadas do século (Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Manuel Laranjeira, José Marinho, Sílvio Lima) será objecto de um desenho de Cortesão nas páginas da *Águia*.

²⁹ *Nova Silva* - Revista ilustrada, Porto, ano I, nº1, 2 de Fevereiro de 1907, compilado nas *Obras Completas de Leonardo Coimbra*, volume I (1903-1912), tomo I, pp. 89-91, fixação do texto de Afonso Rocha, Coordenação e Introdução geral de Ângelo Alves, prefácio de Manuel Cândido Pimentel, Lisboa, INCM, Col. Pensamento Português, 2004.

*É pois o pensamento o criador da liberdade. Assim a educação é a máxima força de progresso e renovação*³⁰.

O seguinte passo, de Jaime Cortesão³¹, publicado no periódico *A Ideia Livre*, de 1911, também nos parece especialmente significativo. Lembremos que o seu autor terá longa e complexa acção política e cultural, sendo colaborador e até dirigente de múltiplos e diversos grupos cívicos, culturais, políticos e político-militares, sendo por fim, exilado:

*O termo livre, aposto à nossa ideia, qualificando-a, não significa tácita adesão a qualquer princípio de ordem política ou sociológica. Enganam-se os que tal supuserem. Nós não sabemos meter a Liberdade em gaiolas mesmo de ouro. Abominamos os Partidos e desprezamos as Seitas. Somos Livres*³².

Jaime Cortesão, numa carta a Raul Proença, de Julho de 1911, matizando um pouco o radicalismo antes expresso, assume a sua vocação dinamizadora e associativa:

Falei-lhe da necessidade de fundar uma Associação dos artistas e dos intelectuais portugueses com o fim principal de exercer a sua acção, isenta de facciosismos políticos dentro da actual sociedade. Acção social orientadora e educativa num meio como o nosso, onde não há grandes ideias, nem grandes homens que se imponham. Você sabe: são os burros que triunfam e portanto a burrice também.

*Está claro que a Associação seria uma espécie de Maçonaria de Artistas e intelectuais, sem o carácter ridículo da outra*³³. *Mas isso mesmo ajudaria a tornar a escolha mais rigorosa, de modo a que só entrasse gente da mais comprovada honestidade*³⁴.

Teixeira de Pascoaes apresenta o texto *Renascença*, como manifesto de apresentação da segunda série da revista *A Águia*, em 1912. O seu teor nacionalitário é característico:

³⁰ Leonardo Coimbra, *A Vida*, Porto, Ano V, série II, nº4, 24 de Janeiro de 1909, compilado em *Obras completas*, volume I (1903-1912), tomo I, pp. 127-129, fixação do texto de Afonso Rocha, Coordenação e Introdução geral de Ângelo Alves, prefácio de Manuel Cândido Pimentel, Lisboa, INCM, Col. Pensamento Português, 2004.

³¹ V. Alfredo Ribeiro dos Santos, Jaime Cortesão: *Um dos Grandes de Portugal*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1993.

³² *Ideia Livre*, Porto, 1911, nº1, p.1.

³³ Neste mesmo ano, Cortesão tinha sido admitido na Maçonaria com o nome simbólico do filósofo Guyau.

³⁴ Carta de Cortesão a Raul Proença (26 de Julho de 1911) publicada por A. Braz Oliveira, *Catálogo da exposição comemorativa do primeiro centenário (1884-1984)*, BN Lisboa, 1985, transcrita também por Alfredo Ribeiro dos Santos em *Jaime Cortesão, um dos Grandes de Portugal*, prefácio de Mário Soares, Porto, Fundação Eugénio de Almeida, 1993, pp. 52-53.

O sonho: impõe-se (...) o afirmarmos a união dos portugueses que vivam, além da sua vida egoísta e individual, a vida mais vasta e profunda, porque é abstracta e transcendente, da Pátria Portuguesa.

Isto é, na metafísica patriosófica de Pascoaes, a solidariedade nacional, mais do que um imperativo ético, corresponde à descrição de uma realidade *ontológica*, profunda, mas espiritualmente acessível:

Há um lugar em que todos os princípios e todas as ideias fraternizam. (...) esse lugar altíssimo, é para nós, neste momento, a vida da Nacionalidade (...)

Sim: a alma portuguesa existe, e o seu perfil é eterno e original. Revelemo-la agora a todos os portugueses, na sua maior parte afastados dela pelas más influências literárias, políticas e religiosas vindas do estrangeiro. (...)

E então um novo Portugal, mas português, surgirá à luz do dia, e a civilização do mundo sentir-se-á mais dilatada³⁵.

Este foi contudo o segundo manifesto que Pascoaes escrevera. Antes dele havia escrito um outro, na sequência da reunião de Coimbra, de 27 de Agosto de 1911, que fôra apresentado e recusado na reunião de Lisboa da *Renascença Portuguesa*, de 17 de Setembro de 1911. Na sequência dessa recusa, também Raul Proença propusera um outro texto de sua pena. Os dois primeiros manifestos só viriam a ser publicados no *Jornal da Renascença Portuguesa, A Vida Portuguesa* de 1914, dirigido por Jaime Cortesão. Opõem-se nisto: Pascoaes preconiza que se evitem as *más influências estrangeiras* enquanto Proença almeja *Colocar Portugal em contacto com o mundo moderno*. Há todavia uma comum noção da possibilidade de uma *renascença nacional* impulsionada pela acção consciente de uma elite intelectual. No seu texto Raul Proença propõe:

concentrar num bloco de renascença nacional tudo o que há aí de esparso – todas as boas vontades que têm esbarrado com a indiferença, todas as iniciativas que têm malogrado por falta de uma acção comum e persistente, todas as inteligências que se esterilizam no isolamento. Bloco sim, mas nortado pelo amor da colectividade, estranho a todas as facções políticas, religiosas e

³⁵ Vol.1, 2ª série, nº1, Janeiro de 1912, pp. 1-3, compilado por Pinharanda Gomes em *Entre Filosofia e Teologia* (pp154-155) como apêndice documental ao seu artigo *A Tensão Doutrinal na Génese da Renascença Portuguesa* pp. 143-150.

filosóficas e a todas as côteries literárias e artísticas; e tão largo que nele caibam todas as tendências mais variadas.

Embora Proença matize o que veria como um excessivo centramento em Portugal, por parte de Pascoaes, também na sua proposta se encontra o generoso projecto de abarcante encontro de *facções e tendências*, de interesses ou sensibilidades *políticas, religiosas e filosóficas*, desde que governados por uma boa vontade e um ímpeto renascente:

Que fazer então? Pôr a sociedade portuguesa em contacto com o mundo moderno, fazê-la interessar pelo que interessa os homens lá de fora, dar-lhe o espírito actual, a cultura actual, sem perder nunca de vista, já se sabe, o ponto de vista nacional e as condições, os recursos e os fins nacionais.

Passando ao diagnóstico político da sua conjuntura, Proença prossegue:

Os problemas são variadíssimos: educativos, económicos, morais, literários, artísticos, financeiros, militares, coloniais. A escola, o livro, a revista, o panfleto, o manifesto, a conferência, a exposição, o inquérito, a viagem de informação, de estudo – tais são os meios que temos ao nosso alcance. Por eles diligenciaremos criar em Portugal estas duas coisas absolutamente novas: uma elite consciente, uma opinião pública esclarecida³⁶.

Aos variados tipos de problemas, de tipo económico, político, social, corresponderá uma intervenção cívica, de cariz cultural, pedagógica e publicística. Na verdade, é digno de nota que a constante referência à criação e promoção de um escol seja aqui feita por republicanos adeptos de uma democratização do país, que parece excluir o próprio povo.

Parece ocorrer em Proença e Sérgio algo a que assistíramos em Oliveira Martins: como que uma adesão ou inovadora renovação de uma idealizada mentalidade aristocrática, reinventando-se todavia o aristocratismo, retirando-lhe a legitimidade genealógica e substituindo-a por um alegado valor cívico, intelectual ou moral da elite renovadora e já não mantenedora da ordem, como no passado.

Surgem então outros grupos, como a *Liga de Acção Nacional* (1918) ou o *Centro Católico Português* (1917) cujo órgão é o jornal *A Ordem* e onde voltamos a encontrar

³⁶ No seu nº 22, pp. 10-11 e pp. 11-12, Porto, 10.2.1914, compilado por Pinharanda Gomes, ed. cit. p.152.

esta atitude de quem se define *como fora e acima de todos os partidos e regimes*.³⁷ Como sabemos, alguns dos mais destacados membros destes grupos que se afirmam supra-partidários, e como que apolíticos, irão participar das discussões públicas com opiniões próprias e até participar em grupos parlamentares ou em soluções governativas. Atenemos no seguinte texto de Sérgio, escrito em 1917, em que se encontra a mesma concepção de uma renovação nacional promovida por uma elite moral e intelectual:

*A reforma (...) só começará quando (...) houver grupos [elites (na 1ª edição deste texto)] de cidadãos honestos decididos a contar consigo próprios, dispostos a combater no seu cantinho a onnipotência das clientelas, a criar falanges [grupos (na 1ª edição)] de reformadores que dirijam os serviços de geral interesse, repelindo o polvo do centralismo dos vários redutos de que se apossou. Criar o espírito descentralista, o gosto da iniciativa na vida social, o da actuação na cooperativa e na sociedade escolar, na oficina e no sindicato, na assembleia provincial e no município: eis o que importa (...) Sejam cidadãos a todas as horas, [cooperadores económicos a todas as horas (na 1ª edição)], por um esforço quotidiano de autonomia, no palmo de terra em que temos os pés: esse, ao cabo de contas, é o caminho seguro da liberdade. O remédio para os erros da liberdade é uma liberdade mais bem entendida, – [mais concreta, (na 1ª edição)] mais espiritual, mais de raiz. Lamentemos sinceramente aqueles que por falta de generosidade – ou de inteligência – são incapazes de o compreender.*³⁸

Também na *Liga de Acção Nacional*, movimento afecto à revista *Pela Grei*³⁹ em 1918, colaboram republicanos e monárquicos, integralistas e esquerdistas. Estão lá Raul Proença, Jaime de Magalhães Lima e António Sérgio a par de outros colaboradores de diversa simpatia política. Este movimento e esta revista também reivindicam e assumem uma atitude a-partidária ou supra-partidária. Uma atitude de proposta de soluções nacionais para a Nação, uma atitude de União e colaboração em torno de medidas

³⁷ Citado por Pinharanda Gomes, *A escola portuense*, ed. cit., p. 191.

³⁸ “A propósito dos «Ensaio Políticos» de Spencer”, na 2ª edição, [1956] do segundo tomo dos *Ensaio*, das *Obras Completas de António Sérgio* orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino de Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, Lisboa, Livraria Sá da Costa, Colecção Clássicos Sá da Costa – Nova Série, edição crítica de 1977, pp.162-163.

³⁹ Pinharanda Gomes, *A “escola portuense”*, Porto, Caixotim, 2005. (edita o texto de apresentação da revista *Pela Grei*, no seu nº 1, 1918, pp.1-9, a pp. 200-209 assim como uma antologia elementar de textos sobre a Renascença Portuguesa).

urgentes destinadas à resolução de um conjunto de problemas graves que eram então sentidos como bloqueadores da sociedade portuguesa e obstaculizadores do seu progresso ao nível político, financeiro e económico (agrícola e industrial), colonial, religioso, pedagógico. *Pela Grei* havia sido título de uma rubrica assinada por António Sérgio na *Águia* (em 1916, onde publica prosa e poesia) e Sérgio adianta em carta a Álvaro Pinto que pretende utilizar o mesmo título para secção de um periódico novo, mensal, que se intitularia *Revolução Construtiva*, que seria complementar da revista *Águia*. Este jornal partiria de um desafio dirigido por Sérgio aos poetas da *Renascença*:

*Estão dispostos a integrar a Renascença num movimento social de verdadeira, positiva, esclarecida, ponderada, estudada e honesta regeneração nacional?*⁴⁰

Em 1918, surge então a revista *Pela Grei*, órgão da Liga de Acção Nacional, publicando, a abrir o seu primeiro número, um artigo programático intitulado: “Do intuito e natureza desta revista”:

Fazer surgir da Nação uma ideia bastante nítida do problema nacional; determinar segundo essa ideia um plano coerente de reformas, fora de toda preocupação política partidária, criar com esse trabalho uma opinião pública consciente, com que possa colaborar qualquer governo, de qualquer partido, uma vez que seja honesto: eis uma tarefa que não discutimos se será fácil ou difícil, mas que afirmamos resolutamente ser necessária. O necessário impõe-se (...)

Não existe, acima dos partidos, uma força moral na sociedade portuguesa, uma opinião pública, um tribunal, uma consciência da grei, criada pela sua elite social em todos os campos de actividade (...)

“A acção política de todos” não quer dizer, evidentemente, que todos ingressem num partido; bem pelo contrário, trata-se de organizar uma força política que esteja acima dos partidos e corresponda, por isso mesmo, ao significado filosófico da Política, que é o de doutrina dos fins sociais, do conjunto de objectivos de uma comunidade. É essa a tarefa que se impõe agora.

*É esse ponto de vista superior, fora e acima das classes e dos partidos (...) que nós desejamos que se manifeste, que tenha representantes e um órgão.*⁴¹

⁴⁰ *Cartas de António Sérgio para Álvaro Pinto (1911-1919)*, introdução e notas de Rogério Fernandes, Lisboa, Revista Ocidente, 1972, p. 60. Citado por Pinharanda Gomes, op. cit. pp. 172-173.

⁴¹ Pinharanda Gomes, op. cit. p. 208.

Cerca de 1920, Jaime Cortesão escreve a Álvaro Pinto distanciando-se da *Renascença Portuguesa* e assumindo uma aproximação a Sérgio, o que antefigura a criação da *Seara Nova*:

*o que existe essencialmente entre nós é uma diferença de ideias. Penso, ao contrário de ti, que a missão da Renascença findou. (...) A Renascença, nascida antes da guerra, correspondeu a uma época do mundo e a uma idade nossa que passou. Sob o ponto de vista de ideias, que deram a célebre discussão entre Pascoaes e Sérgio, eu hoje pendo para o lado do último. No túmulo cheio de velhos miasmas, que é a Nação, devem entrar lufadas de ar distante e renovador.*⁴²

Já em clave abertamente nacionalista, vejamos como igualmente surge a mesma ideia, nos estatutos da cruzada Nuno Álvares: *Promover a unidade moral da Nação Portuguesa, refreando todos os ódios e as excessivas paixões de facção, estabelecendo assim uma verdadeira e definitiva atmosfera de paz e concórdia em todos os portugueses*⁴³.

Referiremos por fim a *Seara Nova*, fundada em 1921 e que *pretende*⁴⁴:

Renovar a mentalidade da elite portuguesa, tornando-a capaz de um verdadeiro movimento de salvação;
Criar uma opinião pública nacional que exija e apoie as reformas necessárias;
Defender os interesses supremos da nação, opondo-se ao espírito de rapina das oligarquias dominantes e ao egoísmo dos grupos, classes e partidos;
Protestar contra todos os movimentos revolucionários, e todavia defender e definir a grande causa da verdadeira Revolução;
*Contribuir para formar, acima das Pátrias, a união de todas as Pátrias – uma consciência internacional bastante forte para não permitir novas lutas fratricidas*⁴⁵.

⁴² Publicado em *Ocidente*, vol. XLII, nº167, Março, 1952, p. 85. citado por Alfredo Ribeiro dos Santos, *op. cit.*, p. 118.

⁴³ Estatutos de 13 de Julho de 1920. Capítulo 1º, Artigo 1º. Alínea – f). Este movimento é estudado (e aí reproduzido este e outros documentos) no volume de Ernesto Castro Leal *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional Nuno Álvares e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1999, pp. 447 e ss.

⁴⁴ Manifesto de *A Seara Nova*. (nº1. 15-10-1921).

⁴⁵ Coligido por Sottomayor Cardia (organização, prefácio e notas) em *Seara Nova, Antologia. Pela Reforma da República* (1) 1921-1926, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1971, p. 89. Não esquecer que Sérgio está no Brasil e só se junta ao grupo da *Seara* (Raul Brandão, Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão, Raul Proença, e outros) em 1923.

III

No tantas vezes estudado e citado prefácio da primeira edição do primeiro volume de compilação dos seus *Ensaio*s, Sérgio responde a algumas críticas entretanto formuladas ao seu trabalho, replicando que elas derivavam, em geral, de uma incompreensão da sua atitude ensaística, esclarecendo e explicitando que esta consistiria numa crítica de métodos e de pressupostos, isto é, no esclarecimento crítico das condições subjectivas em geral, das *mentalidades*, entendidas como forma de consciência social, mais ou menos subterrânea ou patente: fundações, estruturas e nexos da vida colectiva do pensamento. Podemos designar esta atitude metodológica *como crítica e propedêutica da cultura*, segundo a expressão de José Marinho⁴⁶. Esta deve ser mesmo entendida como condição do *pensamento* em geral, na medida em que visa esclarecer as condições de possibilidade, a *anterioridade* subjacente aos produtos culturais finais. Em vez de enfrentar o texto como documento acabado em si, e encerrado sobre si próprio, haveria que o integrar num subjacente feixe complexo (e tantas vezes contraditório) de relações: por um lado entender as suas manifestações, influência, repercussões: isto é, o nível da sua recepção – cuja análise será depois também condição e elemento do ajuizamento não só do texto em si próprio como das suas modalidades e mediações (mais ou menos exteriores, independentes do texto e social e ideologicamente incontrolláveis e inconscientes, que não devem ser vistas como condições que de fora o afectem, mas, sobretudo, como estruturas que de dentro o constituem). O que Sérgio nos diz é que, mais do que do valor literário de determinados autores ou obras se procurou debruçar sobre o seu significado ideológico, podendo assim com justeza o seu método ser classificado como histórico-pedagógico ou sócio-crítico *para edificação do indivíduo e para justa reforma da sociedade*⁴⁷, visando sobretudo o esclarecimento das condições de recepção das obras culturais, da significação ideológica dessas obras, nem sempre coincidente com a literalidade do seu conteúdo, como já referimos. Por outro lado, recuando um pouco, haveria que aceder ao nível da sua construção e procurar perceber que mesmo os autores que encetam rupturas, para além da criatividade que demonstram,

⁴⁶ Consulte-se a secção “Os direitos da verdade (A propósito da polémica entre António Sérgio e António José Saraiva)”, pp. 177-212 de *Da Liberdade Necessária e outros textos*, Volume VII, da colecção de Obras de José Marinho, edição de Jorge Croce Rivera, Lisboa, INCM, 2006. Veja-se ainda *Verdade Condição e Destino no Pensamento Português Contemporâneo*, Porto, Lello & Irmão, 1976, pp. 200 e ss.

⁴⁷ *Ensaio*s, Tomo 1, Prefácio, p. 84: Edição Crítica das *Obras Completas de António Sérgio* orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino de Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, Lisboa, Livraria Sá da Costa, Colecção Clássicos Sá da Costa – Nova Série. 3ª edição, 1980.

que nunca é absoluta (ou seriam ininteligíveis), utilizam os métodos, os conceitos, os termos que encontram disponíveis no seu tempo:

*Até nos casos em que as crenças próprias são adversárias das de um Junqueiro, de um Teófilo, de um Oliveira Martins ou de um Fialho, é pelo seu vezo intelectual, pelos seus processos e pelos seus exemplos, que pensa a maioria, hoje ainda, dos literatos da nossa terra, monárquicos e republicanos, livre-pensadores e clericistas, a mentalidade aparece a mesma; e como a mentalidade, e não as crenças, é o que na hipótese nos importa mais, impõe-se uma crítica de propedêutica aos métodos de pensar que nos legaram.*⁴⁸

A obra de Sérgio tem de ser também ela submetida ao método que ela própria utiliza e prescreve, assim apreciando e compreendendo o seu próprio pensamento e obra. E Sérgio passará de igual modo a ser visto como expressão *cultural* de uma cultura, de uma sociedade historicamente determinada e de uma mentalidade situada. Dessa forma única se poderá validar o seu método. E por aí sobreviverá Sérgio, mesmo quando as suas crenças o não logrem.

A revista dos *Homens Livres* apresentou-se como expressão de um *Grupo dos Homens Livres* e nela se anuncia ainda a criação da *Associação de Artistas Portugueses*, com actividades nas áreas da música, literatura, Artes Plásticas e Teatro⁴⁹. Chamámos a atenção para esta característica por ser comum a outras revistas e periódicos coevos: o facto de se assumirem como órgãos de grupos e arautos de ideias ou concepções renovadoras, livres e independentes, regeneradores do país, da sua sociedade, cultura e mentalidade, órgãos de movimentos culturais e cívicos: *vivos* e *novos*. Recordemos que *A Águia* e a *Vida Portuguesa* são órgãos da *Renascença Portuguesa*, como o *Pela Grei* é órgão da *Liga de Acção Nacional*. Também do *grupo da Biblioteca Nacional* saíram expressões editoriais. É possível, por exemplo, atribuir a Sérgio a criação de *Homens Livres* em coerência com a sua anterior hesitação em relação à criação da *Seara Nova* (à

⁴⁸ Ed. cit. p. 85.

⁴⁹ Já em 1926, irá Sérgio dinamizar, nas suas palavras, uma *série de manifestações culturais no salão do Teatro de São Carlos e organizara para ali uma série de conferências, promovidas por uma sociedade que constituíra também, com o título de «União Intelectual Portuguesa» cujo núcleo saíra do que se chamava então «o grupo da Biblioteca Nacional» e que incluía em si, com liberalíssimo espírito, escritores e artistas de toda a cor política. O Jaime Cortesão, director da Biblioteca, apontara-me para a tarefa de realizar tudo aquilo. Sérgio, Ensaio II, Ed. orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino de Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, Lisboa, Livraria Sá da Costa, Coleção Clássicos Sá da Costa – Nova Série, edição crítica de 1977, p. 14.*

qual contraporaria o reforço da *Águia*). A revista *Homens livres* seria o retomar da atitude, ou intenção, supra-partidária já antes enunciada na revista *Pela Grei*⁵⁰: reunir em tarefa comum personalidades de todos os quadrantes ideológicos, capazes de afirmação nacional autónoma face à ditadura dos poderes – os partidos e a finança, ou por outras palavras, a partidocracia e a plutocracia⁵¹.

Nos *Homens livres*, seareiros e integralistas comungaram numa comum atitude de forte crítica ao ambiente político então vivido, fundando todavia essa crítica em distintos pressupostos e expressando objectivos bem diferenciados. Procurámos apenas registar e verificar a ocorrência de traços mentalitários comuns que permitiram a formação deste e de outros projectos igualmente ditos *patrióticos, nacionais, supra-partidários, supra-classistas, independentes, livres* e de *escol*: pela suposição de anterioridade da nação em relação às classes, partidos ou quaisquer outras divisões que no seu seio se manifestem, estabelecendo o primado da solidariedade nacional sobre os conflitos culturais, sociais, políticos ou económicos, e mediante a utilização do lema da *renovação, regeneração e renascença* ainda que esta se opere mediante a acção de uma elite, cuja noção se deveria problematizar. Os próprios intelectuais que se servem desse conceito muitas vezes não o definem, mas consideram-se implícita ou explicitamente seus membros. Qual o critério para recusar esse estatuto às clientelas instaladas, às facções e partidos que vão disputando o poder, aos ocupantes das instituições financeiras e políticas, assim como aos membros das classes proprietárias dominantes? Não será um critério moral que está implícito e subjacente a este uso, deslocando-o do sentido de uma plataforma política reformadora ou de uma vanguarda cultural inovadora?

Além do que já foi dito, também a consigna da *liberdade* deveria ser problematizada.

Qual o significado da liberdade neste contexto? De que se quer ser livre? Quem pode ser livre? O que não é ser livre? Qual a componente política da liberdade: ou – em que medida é que o conceito de liberdade é político, social ou ético-metafísico? Em que

⁵⁰ Veja-se a este respeito a síntese elaborada por Fernando Farelo Lopes, «A revista “Pela Grei” (doutrina e prática políticas)», *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, 3.º- 4.º- 5.º, pp. 759-772: ver esp. p. 768: *a revista Pela Grei [...] partilha de alguns elementos significativos elaborados pela «geração de 90» no âmbito da crise europeia de fin-de-siècle. No entanto, o paralelismo fundamentou-se numa identidade de certos temas esparsos, faltando nomeadamente uma visão da unidade estruturada das características fundamentais e específicas do novo nacionalismo antiliberal [...]. Com efeito, não basta dizer que o neonacionalismo se insurgia contra o individualismo «atomístico»; substituía o princípio da luta de classes pelo da solidariedade nacional; professava um socialismo nacional antimarxista; repudiava o partidarismo ineficaz; perfilhava uma concepção elitista da sociedade e do poder; e defendia o controlo da economia sem atacar a propriedade privada. E não basta porque a maioria dos temas invocados fazia de certo modo parte do património doutrinário comum da burguesia, numa época de profundos reajustamentos e crises de novas dimensões.*

⁵¹ Ver Pinharanda Gomes, *A Escola Portuense*, Porto, Caixotim, 2005. Ver esp. o ensaio, aí incluído, intitulado “António Sérgio: Cisão e decisão: As revistas *Pela Grei* (1918-1919) e *Homens Livres* (1923)”, pp. 163-199, e a “Antologia documental” que se lhe segue, pp. 200-236.

medida é que o problema político e a *questão nacional* se sobrepõem à questionação especificamente filosófica dos problemas? De que modo é que uma noção filosófica, e por isso abstracta, de *liberdade* se manifesta meramente como reivindicação de uma autonomia moral?

Para esclarecer estas questões ter-se-ia de percorrer os diferentes tratamentos da questão da liberdade em autores como Almeida Garrett e Alexandre Herculano, nos elementos da geração de 70, especialmente Antero de Quental⁵² e Oliveira Martins, mas também Teófilo Braga. Também na geração de 90 se teria de verificar como se manifestou e desenvolveu este conceito. Será notório o influxo de autores como Magalhães Lima, Guerra Junqueiro, Raul Brandão ou Sampaio Bruno.

Haveria que aferir os elementos que os autores aqui estudados tinham ao seu dispor para proceder ao exercício do seu esclarecimento. Que leituras portuguesas, e não só, mais os teriam marcado (como Guyau e Proudhon, por exemplo)? Qual a relação desta reflexão (num meio literário) com o surgimento da primeira geração modernista (lembramos a inusitada reflexão de um Raul Leal, no ano de 1912, em *A Liberdade Transcendente* ou o livre jogo heteronímico de Pessoa)?⁵³

Procurámos assim integrar este projecto num panorama de revistas temporal e geracionalmente próximas, revistas que saíram do tronco comum da *Renascença Portuguesa* ou – visto que em alguns casos tal afirmação pode parecer excessiva – daquelas cujos membros passaram pela *Renascença*⁵⁴ (*Nova Silva, Amigos do ABC, Ideia Livre, Águia, Vida Portuguesa, Pela Grei, Homens Livres, Seara Nova*).

Interessou-nos assim aqui, para além da enumeração das pertenças a grupos diversos – ou da declaração de recusa de pertencer a grupos e facções – a detecção de tópicos epocais e geracionais comuns à intervenção de Jaime Cortesão, Raul Proença, António

⁵² Antero de Quental é uma das chaves de compreensão da tensão doutrinal da *Renascença Portuguesa* e até do próprio António Sérgio, sendo no contexto de diversas interpretações que dele estabelece que acaba por enunciar o seu próprio pensamento (a este respeito, ver, por ex., Rui Lopo, “Antero de Quental, entre António Sérgio e José Marinho” in *António Sérgio, Pensamento e Acção*, ed. cit., pp. 207-222.) Aliás, a concepção metafísica e pessimista de liberdade de Antero, segundo a qual as esferas de acção humana são consideradas relativas ou ilusórias (cf. o *Ensaio sobre as Bases Filosóficas da Moral ou Filosofia da Liberdade* [7.6]), não é contraditória com as posições ideológicas a que assistimos, antes parecendo até subjazer a algumas delas.

⁵³ Para uma visão geral e antológica de diversas concepções de liberdade na cultura portuguesa, num registo mais ou menos conceptual, consulte-se: *A ideia da Liberdade no pensamento português*, Selecção e prefácio de Romeu de Melo, Lisboa, DGCS, 1985.

⁵⁴ Alfredo Ribeiro dos Santos, *A Renascença Portuguesa, Um Movimento Cultural Portuense*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990 e Paulo Samuel, *A Renascença Portuguesa, Um perfil Documental*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990. Os três manifestos estão também publicados por Pinharanda Gomes em *Entre Filosofia e Teologia*, que também organizou o volume *Saudade e Saudosismo*, a consultar para aferir da mundividência saudosista, que foi por alguns identificada como atitude “oficial” da *Renascença Portuguesa*.

Sardinha, António Sérgio, Leonardo Coimbra ou Teixeira de Pascoaes. Na expressão de Sérgio, interessou-nos mais captar a *mentalidade* comum do que examinar as *crenças individuais*.

E sem poder aqui aprofundar a complexa *questão nacional* ou a revisão da história a que esta geração procede⁵⁵, assinala-se tão só a importância dos temas da *elite* que há que criar⁵⁶, de uma *opinião pública* que há esclarecer, da reforma da *mentalidade* a empreender, da atitude supra-partidária (na tripla acepção de que as suas propostas se encontram acima das partidárias a) pela sua altura moral, visando o interesse nacional e não particular; b) por serem *técnicas* e por isso estarem acima das paixões sectárias, ou c) por terem uma base metafísica, seja ela a Saudade, *essência da raça*, elemento fundamental da *alma* nacional que haveria que desocultar, ou a doutrina católica) e do tema da intervenção social do intelectual como chave do progresso, como elemento essencial de uma regeneração nacional. Este intelectual, todavia, é o construtor da elite e da opinião pública e é também – na sua consciência esclarecida e autonomia de pensamento –, porventura, o único que é digno de ser considerado livre numa sociedade acorrentada.

⁵⁵ Sobre o contexto cultural e as discussões nacionais e identitárias de então, em relação à qual apontámos aqui posições de diversos matizes, consulte-se a síntese elaborada por António Cândido Franco a partir da polémica entre Sérgio e Pascoaes: “António Sérgio e Teixeira de Pascoaes ou o Conflito Cultural Português” in AA.VV, *António Sérgio: Pensamento e Acção*, ed. cit., vol I, pp. 139-162.

Concretamente sobre a renovação da historiografia operada por Sérgio e Cortesão veja-se *A história da história de Portugal*. Séculos XIX-XX, de Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, Lisboa, Círculo de Leitores 1996, esp. pp. 277 e ss. Concretamente sobre a operação de *revisão da história* levada a cabo pelo movimento integralista, veja-se o estudo de António Ventura “António Sardinha: Mitologia Integralista e revisão da história de Portugal”, in *Estudos sobre História e Cultura Contemporâneas de Portugal*, Lisboa, ed. Caleidoscópico – CHUL, 2004, pp. 209-222. Este volume inclui um estudo sobre a fase republicana de António Sardinha (pp. 251-268).

⁵⁶ Cf. Vasco Magalhães Vilhena, *Idealismo Crítico e Crise da Ideologia Burguesa* Lisboa, Cosmos, 1975 [1ª edição 1965], pp. 116-117: *Afastado das massas, não é nelas que confia para a necessária transformação social, mas na capacidade das elites. Elites por ora inexistentes, é certo, mas que ele sempre, obstinadamente, tem tentado ajudar a criar.*